

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
Prudentópolis/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	34.295	42.149
Carteira de Crédito *	282.068	439.246
Depósitos	356.863	360.244
Patrimônio Líquido	130.532	113.715
Capital	48.192	47.149
Resultado Antes das Destinações	13.428	16.293
Rentabilidade do PL	10,29%	14,00%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	478.595	456.597	CIRCULANTE	268.816	245.851
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	10.707	7.398	DEPÓSITOS (NOTA 11)	115.624	95.017
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	156.092	193.068	Depósitos à Vista	94.252	82.804
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	19	Depósitos a Prazo	21.372	12.213
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	248	37	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	110.844	111.302
Correspondentes no país	779	736	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	14
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	155.065	192.276	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	110.844	111.288
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	281.801	231.309	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.326	828
Operações de Crédito	301.534	247.838	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.326	828
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.733)	(16.529)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	5	5.460
OUTROS CRÉDITOS	25.224	19.960	Empréstimos País - Outras Instituições	5	5.460
Créditos por Avals e Fianças Honorados (NOTA 06)	637	883	OUTRAS OBRIGAÇÕES	41.017	33.244
Rendas a Receber	1.491	1.459	Cobrança e Arrecadação de Tributos	163	119
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.897	18.544	Sociais e Estatutárias	6.554	5.439
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(801)	(926)	Fiscais e Previdenciárias	1.168	1.141
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.771	4.862	Diversas (NOTA 14)	33.132	26.545
Outros Valores e Bens	4.894	5.300			
(Provisão para desvalorização)	(145)	(477)			
Despesas Antecipadas	22	39			
NÃO CIRCULANTE	217.088	131.631	NÃO CIRCULANTE	313.152	245.364
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	217.088	131.631	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	313.152	245.364
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	21.891	3.406	DEPÓSITOS (NOTA 11)	244.620	224.694
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.891	3.406	Depósitos Interfinanceiros	7.203	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	157.445	96.870	Depósitos a Prazo	237.417	224.694
Operações de Crédito	169.026	105.812	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	59.777	20.670
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.581)	(8.942)	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	59.777	20.670
OUTROS CRÉDITOS	410	446	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	8.755	-
Diversos (NOTA 06 e 07)	424	461	Empréstimos País - Outras Instituições	8.755	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(14)	(15)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	15.060	12.251	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.715	97.013
Outros Investimentos	15.060	12.251	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	47.149	42.365
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	17.545	14.179	De Domiciliados no País	47.247	42.444
Imóveis de Uso	1.978	1.978	(Capital a Realizar)	(98)	(79)
Outras Imobilizações de Uso	21.845	17.220	RESERVAS DE SOBRAS	63.656	52.388
(Depreciação acumulada)	(6.278)	(5.019)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	4.737	4.479	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.910	2.260
Outros Ativos Intangíveis	9.522	8.233			
(Amortização acumulada)	(4.785)	(3.754)			
TOTAL DO ATIVO	695.683	588.228	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	695.683	588.228

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	44.027	-	44.027	84.517	5	84.522	67.618	-	67.618
Operações de Crédito	43.703	-	43.703	83.964	5	83.969	67.455	-	67.455
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	315	-	315	535	-	535	157	-	157
Resultado das Aplicações Compulsórias	9	-	9	18	-	18	6	-	6
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.686)	(33)	(19.719)	(33.699)	(63)	(33.762)	(29.764)	(53)	(29.817)
Operações de Captação no Mercado	(6.587)	(32)	(6.619)	(13.171)	(63)	(13.234)	(12.381)	(53)	(12.434)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.980)	(1)	(3.981)	(7.461)	-	(7.461)	(6.359)	-	(6.359)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.119)	-	(9.119)	(13.067)	-	(13.067)	(11.024)	-	(11.024)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.341	(33)	24.308	50.818	(58)	50.760	37.854	(53)	37.801
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(19.125)	2.918	(16.207)	(35.022)	5.401	(29.621)	(24.248)	4.995	(19.253)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.918	7.743	11.661	8.119	14.952	23.071	7.025	12.261	19.286
Rendas de Tarifas Bancárias	4.555	-	4.555	8.758	-	8.758	7.639	-	7.639
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.124)	(1.782)	(14.906)	(24.257)	(3.446)	(27.703)	(19.758)	(2.536)	(22.294)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(13.486)	(2.134)	(15.620)	(26.390)	(4.079)	(30.469)	(21.232)	(3.237)	(24.469)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(9)	(384)	(393)	(76)	(751)	(827)	(71)	(617)	(688)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	8.192	226	8.418	15.924	141	16.065	17.200	271	17.471
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(9.171)	(751)	(9.922)	(17.100)	(1.416)	(18.516)	(15.051)	(1.147)	(16.198)
RESULTADO OPERACIONAL	5.216	2.885	8.101	15.796	5.343	21.139	13.606	4.942	18.548
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(198)	99	(99)	(45)	156	111	(186)	21	(165)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.018	2.984	8.002	15.751	5.499	21.250	13.420	4.963	18.383
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(103)	(103)	-	(1.141)	(1.141)	-	(949)	(949)
Provisão para Imposto de Renda	-	(51)	(51)	-	(709)	(709)	-	(549)	(549)
Provisão para Contribuição Social	-	(52)	(52)	-	(432)	(432)	-	(400)	(400)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.885)	-	(1.885)	(3.816)	-	(3.816)	(3.126)	-	(3.126)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.133	2.881	6.014	11.935	4.358	16.293	10.294	4.014	14.308
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.358	(4.358)	-	4.014	(4.014)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.133	2.881	6.014	16.293	-	16.293	14.308	-	14.308
DESTINAÇÕES	-	-	-	(13.383)	-	(13.383)	(12.048)	-	(12.048)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.664)	-	(2.664)	(2.502)	-	(2.502)
Fates - Estatutário	-	-	-	(582)	-	(582)	(452)	-	(452)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.149)	-	(8.149)	(6.329)	-	(6.329)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.988)	-	(1.988)	(2.765)	-	(2.765)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.910	-	2.910	2.260	-	2.260

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ

CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	38.154	42.131	2.326	82.611
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.148	-	(1.148)	-
Destinações para reservas	-	1.163	(1.163)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.372	-	-	3.372
Baixas de capital	(2.770)	-	-	(2.770)
Resultado do período	-	-	14.308	14.308
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(452)	(452)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.329	(6.329)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.461	-	(2.502)	(41)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.765	(2.765)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	42.365	52.388	2.260	97.013
Mutações do Período	4.211	10.257	(66)	14.402
Saldos no início do período em 01/01/2019	42.365	52.388	2.260	97.013
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.116	-	(1.116)	-
Destinações para reservas	-	1.131	(1.131)	-
Outras destinações	-	-	(13)	(13)
Capital de associados				
Aumento de capital	3.610	-	-	3.610
Baixas de capital	(2.553)	-	-	(2.553)
Resultado do período	-	-	16.293	16.293
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(582)	(582)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.149	(8.149)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.611	-	(2.664)	(53)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.988	(1.988)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	47.149	63.656	2.910	113.715
Mutações do Período	4.784	11.268	650	16.702
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	44.006	53.519	10.279	107.804
Capital de associados				
Aumento de capital	2.065	-	-	2.065
Baixas de capital	(1.533)	-	-	(1.533)
Resultado do período	-	-	6.014	6.014
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(582)	(582)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.149	(8.149)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.611	-	(2.664)	(53)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.988	(1.988)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	47.149	63.656	2.910	113.715
Mutações do Período	3.143	10.137	(7.369)	5.911

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ
CNPJ/MF nº 78.907.607/0001-47

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	13.821	24.713	22.306
Resultado do semestre/exercício	6.014	16.293	14.308
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.807	8.420	7.998
Provisão para operações de crédito	6.068	5.843	5.420
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(8)	(332)	63
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	363	(126)	603
Depreciação do imobilizado de uso	1.049	1.998	1.323
Amortização do intangível	545	1.031	878
Baixas do ativo permanente	260	380	89
Provisão para passivos contingentes	148	165	63
Destinações ao FATES	(582)	(582)	(452)
Dividendos SicrediPar	(36)	43	11
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(54.972)	(49.764)	(4.306)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.766)	(18.485)	(1.157)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.711	19	(17)
(Aumento) em créditos vinculados	(62)	(211)	(37)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(148)	(43)	179
(Aumento) em operações de crédito	(121.633)	(116.910)	(93.681)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	63.006	38.649	27.057
(Aumento) em outros créditos	(3.564)	(5.146)	(6.679)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	528	423	(933)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.324)	40.533	58.389
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	146	498	(215)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	8.761	3.301	1.290
Absorção de dispêndios pelo FATES	(132)	(452)	(465)
Aumento em outras obrigações	7.505	8.060	11.963
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(41.151)	(25.051)	18.000
Aquisição de Investimentos	(2.809)	(2.809)	(1.330)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.265)	(5.744)	(8.025)
Aplicações no Intangível	(897)	(1.289)	(1.946)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.971)	(9.842)	(11.301)
Integralização de capital	2.065	3.610	3.372
Baixa de capital	(1.533)	(2.553)	(2.770)
Juros ao capital próprio	(53)	(53)	(41)
Distribuição de Sobras	-	(13)	(15)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	479	991	546
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(46.643)	(33.902)	7.245
Caixa e equivalente de caixa no início do período	212.415	199.674	192.429
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	165.772	165.772	199.674

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Centro Sul - Sicredi Centro Sul PR/SC/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/08/1984 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas das operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	10.707	7.398
Caixa	10.707	7.398
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	155.065	192.276
Total	165.772	199.674

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.891	3.406
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	5.263	-
DI entre Banco e Cooperativas	16.628	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.406
Total não circulante	21.891	3.406

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	152.935	102.478	255.413	186.821
Financiamentos	22.657	20.282	42.939	30.601
Financiamentos rurais e agroindustriais	125.942	46.266	172.208	136.228
Carteira total	301.534	169.026	470.560	353.650

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	637	-	637	883
Devedores por compra de valores e bens	233	421	654	634
Títulos e créditos a receber (i)	21.535	3	21.538	15.333
Total	22.405	424	22.829	16.850

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	275	1	-	-
Nível A	0,50	189.090	147.395	945	737
Nível B	1,00	151.352	105.245	1.514	1.052
Nível C	3,00	81.539	64.927	2.446	1.948
Nível D	10,00	34.992	22.320	3.499	2.232
Nível E	30,00	11.234	8.177	3.370	2.453
Nível F	50,00	4.679	5.269	2.340	2.635
Nível G	70,00	7.378	6.037	5.165	4.226
Nível H	100,00	12.850	11.129	12.850	11.129
Total		493.389	370.500	32.129	26.412

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.795	35.506	88.653	89.520	220.474	156.660
Rural	585	24.027	101.330	46.266	172.208	136.228
Industrial	211	4.466	4.371	5.032	14.080	12.855
Comércio	1.262	19.292	20.763	18.251	59.568	47.619
Outros Serviços	593	7.240	8.845	10.380	27.058	17.138
Total	9.446	90.531	223.962	169.449	493.388	370.500

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	22.918	4,65	24.047	6,49
50 devedores seguintes	42.526	8,62	40.863	11,03
100 devedores seguintes	39.834	8,07	35.046	9,46
Demais	388.111	78,66	270.544	73,02
Total	493.389	100	370.500	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	26.412	20.389
Constituição de provisão	13.067	11.024
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.350)	(5.001)
Saldo final	32.129	26.412

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.401 (2018 - R\$ 4.212), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 36.153 (2018 - R\$ 29.976).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	79	189
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	796	570
Devedores por compra de valores e bens	233	175
Devedores por depósitos em garantia	231	285
Impostos e contribuições a compensar	25	248
Títulos e créditos a receber (ii)	21.535	15.331
Operações com cartões	370	416
Pendências a regularizar	213	866
Outros	415	464
Total Circulante	23.897	18.544

Devedores por compra de valores e bens	421	459
Títulos e créditos a receber (ii)	3	2
Total não circulante	424	461

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.894	5.002
Imóveis	4.541	4.375
Veículos e afins	319	250
Máquinas e equipamentos	34	35
Bens em regime especial	-	342
Material em estoque	-	298
Despesas antecipadas	22	39
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(145)	(477)
Total Circulante	4.771	4.862

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 145 (2018 - R\$ 477) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	9.534	7.307
Sicredi Participações S.A.	5.525	4.943
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	15.060	12.251

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.978.748 ON	1.599.339 ON	1	1	9.534.067	7.307.174
	4.128.980 PN	3.343.409 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,58%	0,56%	0,62%	0,62%	3,01%	3,21%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	5.525	4.943	1	1	9.534	7.307

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.823	(6.278)	17.545	14.179
Imobilizações em curso	-	4.238	-	4.238	1.552
Terrenos	-	1.978	-	1.978	1.978
Instalações	10%	7.273	(1.906)	5.367	5.869
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.888	(1.251)	2.637	2.262
Sistema de comunicação	10%	453	(151)	302	265
Sistema de processamento de dados	20%	4.551	(2.454)	2.097	1.494
Sistema de segurança	10%	861	(273)	588	423
Sistema de transporte	20%	581	(243)	338	336
Intangível (i)		9.522	(4.785)	4.737	4.479
Investimentos Confederação		8.822	(4.771)	4.051	4.479
Outros ativos intangíveis		700	(14)	686	-
Total		33.345	(11.063)	22.282	18.658

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	94.252	-	-	94.252	82.804
Depósitos Interfinanceiros	-	-	7.203	7.203	-
Depósitos a prazo	5.124	16.248	237.417	258.789	236.907
Total	99.376	16.248	244.620	360.244	319.711

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	110.844	111.288
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	110.844	111.288
Total circulante	110.844	111.288
Recursos do Crédito Rural	59.777	20.670
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	59.777	20.670
Total não circulante	59.777	20.670

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 05/05/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	5	5.460
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	5.460
Outras instituições	5	-
Total circulante	5	5.460
Empréstimos no País - outras instituições	8.755	-
Outras instituições	8.755	-
Total não circulante	8.755	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	100	1.698
Obrigações por convênios oficiais	13	7
Provisão para pagamentos a efetuar	2.438	2.090
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	470	305
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.755	3.897
Pendências a regularizar	302	229
Operações com cartões	21.249	15.536
Demais fornecedores	800	720
Credores diversos	3.005	2.063
Total circulante	33.132	26.545

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Cível	161	74	(31)	204
Tributária	144	122	-	266
Total	305	196	(31)	470

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Cível	Provável	204	161
Tributária	Provável	266	144
Total		470	305

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 20; R\$ 569; R\$ 236 (2018 - R\$ 35, R\$ 678 e R\$ 236), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	47.149	42.365
Total de associados	42.474	36.353

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$4.784 (2018 – R\$4.211), sendo R\$3.727 (2018 – R\$3.609) via integralização de resultados e R\$ 3.610 (2018 – R\$3.372), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.553 (2018 – R\$ 2.770).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,18% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.664, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES, 0% para a Reserva de Expansão e 0% para Outros Destinações.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	17.434	15.257
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(6.974)	(6.408)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais:		
Provisão resgate de milhas cartão	39	26
Brindes e Doações	16	(34)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(50)	(26)
Recursos com atos cooperativos	(51)	62
Juros sobre capital próprio	4.774	4.323
Lucros e dividendos	1.066	1.051
Outros	14	34
	24	24
Subtotal	5.833	5.459
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.141)	(949)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	21.891	3.406
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	155.065	192.276
Outros Créditos - Rendas a receber	1.290	1.237
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	973	711
Investimentos (Nota 09)	15.060	12.251
Intangível (Nota 10)	4.051	4.479
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	7.203	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	170.621	131.958
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	8.760	5.460
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	21.121	15.022
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	535	157
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	9.117	7.417
Outros Ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	10.965	13.703
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	231	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.461	6.359
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.482	1.980
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	8.712	7.605

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	110	0,12%	80
Depósitos a prazo	884	0,34%	888
Operações de crédito	1.661	0,35%	543

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	4.144	3.782

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	787	625
Despesa de aluguéis	3.727	3.135
Despesa de comunicação	1.237	1.051
Despesa de manutenção e conservação	908	768
Despesa de material	461	548
Despesa processamento dados	866	560
Despesa de promoções e relações públicas	2.593	1.675
Despesa de propaganda e publicidade	376	423
Despesa de seguro	712	485
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.751	2.556
Despesa de serviços de terceiros	1.988	1.688
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.023	1.829
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.553	1.178
Despesa de serviços de transportes	2.501	2.179
Despesa de viagem	1.580	1.000
Despesa de depreciação e amortização	2.012	1.323
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.017	878
Outras despesas administrativas	3.377	2.568
Total	30.469	24.469

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	962	717
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.617	13.290
Reversão de provisões operacionais	3.787	2.700
Outras rendas operacionais	699	764
Total	16.065	17.471

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.010	1.916
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	933	665
Contribuição Confederação Sicredi	6.730	5.932
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	918	832
Encargos da administração financeira	58	88
Repasse administradora de Cartões	284	288
Outras despesas de Cartões	1.718	1.226
Outras provisões operacionais	4.038	3.849
Outras despesas operacionais	1.620	1.205
Total	18.516	16.198

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	156.329	146.724
Total	156.329	146.724

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	103.453	87.592
Nível I (NI)	103.453	87.592
Capital principal - CP	103.453	87.592
Capital social	47.149	42.365
Reservas de capital	63.656	52.388
Lucros acumulados	2.910	2.260
Ajustes Prudenciais	(10.262)	(9.421)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	648.595	531.752
Margem de Capital (i)	25.621	23.782
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,95%	16,47%
Situação de Imobilização (Imob)	17.545	14.179
Índice de Imobilização (Imob / PR)	16,96%	16,19%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Helton Cesar Kolecha
Diretor Executivo
CPF: 029.978.889-05

Marcos Luis Conzatti
Diretor de Operações
CPF: 576.858.510-91

Marcos Luis Conzatti
Contador
CRC: PR-069.224/O-1
CPF: 576.858.510-91